

# Bairros “sociais”



**Vasco Pulido Valente**

**N**a altura em que se construíram as “torres” do Aleixo, no Porto, começavam já a ser demolidas por toda a Europa “torres” do mesmo género, que se tinham feito para “habitação social” logo depois da guerra. Quando passava para Oxford, via sempre as lendárias “torres” de Southampton, que eram o maior foco de criminalidade da região e que um belo dia, pura e simplesmente, desapareceram. Na América, a experiência foi (e ainda

é) igual. Em Inglaterra, a ideia viera de um Governo trabalhista, no fervor igualitário da época: alojar os “pobres” nos melhores sítios da cidade, em prédios decentes, com um grande parque à volta, espaços comuns, centros de convívio e por aí fora. Todos mereciam o melhor. Bastaram meia dúzia de anos para se constatar a que desastres levava essa presunção.

Qualquer condómino conhece a dificuldade de convencer os parceiros a tratar da conservação e bom funcionamento do condomínio. No Quinta do Aleixo, com cinco “torres” de 13 andares

---

*O Estado meteu os “pobres”  
num gueto e não se interessa  
pelo que sucede ou não  
sucede lá dentro*

---

e um milhar de inquilinos, não havia maneira de as coisas correrem bem. Suponho que a história seguiu as fases do costume: primeiro, elevador que se escangalhava, nunca mais se arranjava; segundo, as paredes cobertas de “graffiti” (geralmente obscenos, muitas vezes pessoais); terceiro, a constituição de “gangs juvenis”; quarto, uma taxa absurda de gravidez de adolescentes; quinto, tráfico de droga; sexto, roubo e violência; sétimo, a impunidade (é impossível vigiar eficientemente uma “torre”). O “paraíso”, subsidiado pelo Estado, acaba numa pesadela. Não custa perceber por quê.

Por razões não muito diferentes das que levaram à guerra (a tiro) entre a “comunidade” africana e a “comunidade” cigana, na Quinta da Fonte, em Loures: a absoluta ausência de qualquer forma de responsabilidade. Também na Quinta da Fonte, pagando rendas ridículas (ou mesmo não pagando nada), ninguém dá valor a uma casa que recebeu de graça e não pensa em a proteger ou em proteger a habitabilidade do “bairro”. Quem estraga, não paga. As normas da decência e do respeito pelo próximo deixam de se aplicar. Como a lei da República. A força prevalece. E prevalece, porque o Estado excluiu à partida de qualquer espécie de obrigação pública ou privada a gente a quem ofereceu a sua “assistência”. Meteu os “pobres” num gueto e não se interessa pelo que sucede ou não sucede lá dentro, excepto quando o mundo exterior se começa a inquietar. É uma crueldade sem nome.

